

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO – UFOP
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – ICSA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS – DEECO

**O NÍVEL EDUCACIONAL AFETA A QUALIDADE DE VIDA PERCEBIDA DOS
DOMICÍLIOS BRASILEIROS?**

RAFAEL AUGUSTO A. R. LACERDA

MARIANA – MG
DEECO / ICSA / UFOP

2023

RAFAEL AUGUSTO AMANCIO RESENDE LACERDA

O nível educacional afeta a qualidade de vida percebida dos domicílios brasileiros?

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito parcial para a obtenção do diploma de bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Alan André Borges da Costa

Mariana, MG

2023

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

L131n Lacerda, Rafael Augusto Amancio Resende.
O nível educacional afeta a qualidade de vida percebida dos domicílios brasileiros?. [manuscrito] / Rafael Augusto Amancio Resende Lacerda. - 2023.
37 f.: il.: tab.. + Quadro.

Orientador: Prof. Dr. Alan André Borges da Costa.
Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto.
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Graduação em Ciências Econômicas .

1. Domicílios. 2. Educação - Aspectos sociais. 3. Método de decomposição. 4. Qualidade de vida - Brasil. I. Costa, Alan André Borges da. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 37.01(81)

Bibliotecário(a) Responsável: Essevalter De Sousa - Bibliotecário CRB6a 1407



FOLHA DE APROVAÇÃO

Rafael Augusto A. R. Lacerda

O nível educacional afeta a qualidade de vida percebida dos domicílios brasileiros?

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Economia

Aprovada em 24 de Agosto de 2023

Membros da banca

Prof. Dr. Alan André Borges da Costa - Orientador (Universidade Federal de Ouro Preto)
Prof. Dr. Prof. Dr. Chrystian Soares Mendes - (Universidade Federal de Ouro Preto)
Prof. Dr. Victor Maia Senna Delgado - (Universidade Federal de Ouro Preto)

Alan André Borges da Costa, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 25/08/2023



Documento assinado eletronicamente por **Alan Andre Borges da Costa, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 05/09/2023, às 13:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0586128** e o código CRC **D238691E**.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pela força e sabedoria que me concedeu durante esta jornada.

À minha família, em especial aos meus pais Eliane e Daniel, à minha irmã Daniella e à minha avó Alice, pelo amor incondicional, apoio e inspiração que me proporcionaram. À minha noiva Saskia, minha eterna gratidão pelo apoio inestimável nos momentos mais desafiadores.

Aos meus amigos e demais familiares, em especial às minhas tias Ieda e Mari Ângela, agradeço pela motivação e por tornarem este processo mais leve.

Ao DEECO/ICSA/UFOP e aos professores que tive ao longo da graduação, agradeço pelo ensino de qualidade e pela contribuição ao meu desenvolvimento acadêmico.

Um agradecimento especial ao Professor Alan, pelo aconselhamento e apoio na realização deste Trabalho de Conclusão de Curso.

A todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para minha formação acadêmica e profissional e ajudaram a me tornar a pessoa que sou hoje, meu sincero agradecimento.

RESUMO

O bem-estar é uma dimensão essencial da vida, considerado de uma perspectiva multidimensional, que vai além de simples métricas como a felicidade. Neste estudo, o objetivo principal foi decompor e analisar a qualidade de vida percebida dos domicílios brasileiros em relação aos níveis educacionais, utilizando microdados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) do biênio 2017-2018, coletados pelo IBGE. Para alcançar este objetivo, a metodologia adotada empregou a Decomposição de Oaxaca (1973), uma técnica estatística que descompõe as diferenças médias entre dois grupos. Os resultados revelaram que domicílios liderados por indivíduos com nível superior de educação possuem uma percepção de qualidade de vida superior quando comparado com aqueles em que a pessoa de referência possui apenas o nível médio. A análise também revelou que o componente de saúde percebida foi o fator que apresentou a maior diferença no bem-estar percebido entre os grupos analisados. Além da educação, outros fatores como situação financeira, idade e infraestrutura domiciliar mostraram-se influentes na percepção da qualidade de vida.

Palavras-chave: qualidade de vida percebida; níveis educacionais; Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF); decomposição de Oaxaca; infraestrutura domiciliar.

ABSTRACT

Well-being is a fundamental dimension of life, viewed from a multidimensional perspective, which goes beyond simple metrics such as happiness. In this study, the primary objective was to decompose and analyse the perceived quality of life of Brazilian households in relation to educational levels, using microdata from the Household Budget Survey (POF) for the biennium 2017-2018, collected by IBGE. To achieve this objective, the methodology employed was the Oaxaca Decomposition (1973), a statistical technique that breaks down the average differences between two groups. The findings revealed that households led by individuals with a higher education level have a superior perception of quality of life than those where the reference person has only a secondary education level. The analysis also revealed that the perceived health component was the factor that showed the greatest difference in perceived well-being among the groups analysed. Beyond education, other factors such as financial situation, age, and household infrastructure were influential in the perception of quality of life.

Keywords: perceived quality of life; educational levels; Household Budget Survey (POF); Oaxaca decomposition; household infrastructure.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	6
2	A RELAÇÃO ENTRE BEM-ESTAR, QUALIDADE DE VIDA PERCEBIDA E EDUCAÇÃO.....	8
2.1	Compreendendo o bem-estar a partir de uma ótica multidimensional.....	8
2.2	A qualidade de vida como representante do bem-estar.....	10
2.3	Trabalhos empíricos da relação entre educação e qualidade de vida percebida.....	12
3	METODOLOGIA E BASE DE DADOS.....	18
3.1	Análise de decomposição.....	18
3.2	Base de dados.....	19
4	RESULTADOS.....	24
4.1	Análise descritiva.....	24
4.2	Decompondo a qualidade de vida percebida para os níveis educacionais.....	30
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	33
	REFERÊNCIAS.....	34
	ANEXO I.....	36

1 INTRODUÇÃO

O bem-estar e a qualidade de vida percebida, em associação com a educação, constituem uma relação complexa e essencial para compreender a realidade da população brasileira. Em um mundo onde os indicadores econômicos tradicionais, frequentemente, tomam a frente em decisões políticas e sociais, a necessidade de avaliar o bem-estar da população em paralelo se torna primordial. Assim, ao entender a relação entre estes três pilares, é possível buscar soluções mais efetivas para melhorar a qualidade de vida dos indivíduos.

O estudo da relação entre bem-estar, qualidade de vida percebida e educação tem se mostrado crucial. Estudos anteriores, como os de Diener e Seligman (2004) e o Índice de Desenvolvimento Humano Percebido (IDH-P), de Neri (2014), começaram a trilhar um caminho para entender como estes componentes se relacionam e se influenciam mutuamente. No primeiro, os autores propõem uma mudança de paradigma em decisões políticas, valorizando mais o bem-estar em detrimento de apenas indicadores econômicos. Já no segundo foi proposta a criação de um indicador para capturar a perspectiva brasileira sobre o desenvolvimento humano, englobando saúde, educação, renda e condições de trabalho. No entanto, ainda existe uma lacuna quando se trata da associação entre níveis educacionais e qualidade de vida percebida, em particular no contexto brasileiro.

O objetivo geral desta pesquisa consiste em decompor a qualidade de vida percebida dos domicílios brasileiros com relação aos níveis educacionais da pessoa de referência. De forma mais específica, busca-se revisar literaturas pertinentes, organizar e analisar dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) do biênio 2017-2018 e utilizar o método de Oaxaca (1973) para decompor a qualidade de vida percebida.

Com base nos dados e estudos prévios, a hipótese central é que a qualidade de vida percebida é influenciada pelo nível educacional do chefe do domicílio, com domicílios chefiados por indivíduos com educação superior possuindo uma melhor percepção de qualidade de vida.

Os resultados mostram que a qualidade de vida percebida é, de fato, afetada pelo nível educacional do líder da casa. Domicílios liderados por indivíduos com nível superior de educação indicaram ter uma percepção de qualidade de vida superior em comparação com aqueles onde a pessoa de referência tinha apenas um nível médio de educação. O componente de saúde percebida foi o fator que apresentou a maior diferença no bem-estar percebido entre

os grupos analisados. Isso indica que a educação pode ser um fator chave na determinação da percepção de bem-estar, particularmente em áreas relacionadas à saúde. Além disso, outros fatores como situação financeira, idade e infraestrutura domiciliar também mostraram influenciar a percepção de qualidade de vida, ressaltando a importância de considerar múltiplas variáveis ao analisar a qualidade de vida percebida.

Desta forma, espera-se que este estudo contribua significativamente para o corpo de pesquisa existente, oferecendo insights valiosos para políticas públicas e práticas educacionais no Brasil.

Além desta introdução este trabalho é composto dos seguintes capítulos o Capítulo 2 apresenta uma revisão da literatura relacionada à relação entre bem-estar, qualidade de vida percebida e educação, incluindo estudos e teorias que sustentam a hipótese central desta pesquisa. O Capítulo 3 descreve a metodologia utilizada para a coleta e análise dos dados, detalhando o uso do método de Oaxaca na decomposição da qualidade de vida percebida. O Capítulo 4 apresenta e discute os resultados obtidos, mostrando como o nível educacional do chefe do domicílio afeta a qualidade de vida percebida dos domicílios brasileiros. Por último, o Capítulo 5 oferece as considerações finais deste trabalho.

2 A RELAÇÃO ENTRE BEM-ESTAR, QUALIDADE DE VIDA PERCEBIDA E EDUCAÇÃO

Entendendo a complexidade e a abrangência do tema, o presente capítulo busca analisar a intrínseca relação entre bem-estar, qualidade de vida percebida e educação. Inicialmente, será explorado o conceito de bem-estar, considerando suas diversas facetas e a necessidade de uma abordagem multidimensional para sua compreensão. Em seguida, o foco será voltado para a qualidade de vida e como ela se entrelaça com o bem-estar. Posteriormente, a educação será inserida neste contexto, investigando o papel que desempenha na percepção de bem-estar e qualidade de vida.

2.1 Compreendendo o bem-estar a partir de uma ótica multidimensional

O bem-estar é um conceito complexo e multifacetado que não só engloba a experiência de emoções positivas, mas também o desenvolvimento do potencial individual (Ruggeri et al., 2020). Essa definição mais abrangente reconhece o bem-estar como um fenômeno que inclui ter controle sobre a própria vida, um senso de propósito e a experiência de relacionamentos positivos, indo além de métricas tradicionais como felicidade ou satisfação de vida.

Na esteira dessa visão mais ampla, as tendências recentes na medição do bem-estar têm enfatizado a importância de usar abordagens multidimensionais. Estas se afastam de métricas únicas ou proxies econômicas como o PIB, buscando em vez disso um entendimento mais holístico deste conceito. Um exemplo marcante dessa nova tendência é a abordagem de bem-estar psicológico multidimensional (MPWB) (Ruggeri et al., 2020).

A MPWB utiliza dados da Pesquisa Social Europeia (ESS) para analisar o bem-estar em dez dimensões específicas - competência, estabilidade emocional, engajamento, significado, otimismo, emoção positiva, relacionamentos positivos, resiliência, autoestima e vitalidade - em uma grande amostra de indivíduos de 21 países. Essas dimensões são utilizadas para calcular um único valor, padronizado para a população, permitindo uma avaliação e comparação abrangente do bem-estar entre diferentes países e grupos. Assim, ao explorar estas múltiplas facetas, a abordagem MPWB pode auxiliar os *policy makers*, tanto em níveis individuais quanto populacionais, oferecendo insights valiosos sobre os muitos fatores que contribuem para o bem-estar geral (Ruggeri et al., 2020).

Voukelatou et al. (2021), explicam as complexidades de quantificar o bem-estar social. Eles destacam duas formas primárias de satisfação com a vida, a saber, objetivo e subjetivo. O

primeiro inclui aspectos mensuráveis como saúde, emprego e segurança, enquanto o último adentra em facetas mais abstratas como necessidades humanas, ambientes sociais e políticas. Os métodos de pesquisa tradicionais usados para medir essas dimensões têm sido criticados por seus altos custos e baixas frequências de atualização, levando os pesquisadores a explorarem novas fontes de dados como dados de telefones móveis, dados de mídias sociais e dados de saúde. Argumenta-se que essas técnicas modernas podem fornecer informações mais oportunas sobre o bem-estar, ajudando no final os formuladores de políticas a desenvolverem estratégias que previnem danos e impulsionam o progresso social. Os autores posicionam seu trabalho como uma contribuição para as arenas de "Ciência de Dados para o Bem Social" e "Inteligência Artificial para o Bem Social", destacando o potencial que essas medidas inovadoras de bem-estar possuem. No entanto, eles também reconhecem que há uma vasta extensão de território inexplorado neste campo, sugerindo que a pesquisa futura poderia continuar a explorar novas fontes de dados e dimensões de bem-estar.

Diener e Seligman (2004) destacam a importância fundamental do bem-estar ao propor uma significativa mudança de paradigma na formulação e implementação de políticas em níveis organizacionais, corporativos e governamentais. Os autores defendem que essas decisões deveriam ser mais fortemente influenciadas pelo bem-estar - as avaliações e sentimentos das pessoas sobre suas vidas - em vez de se concentrarem exclusivamente em indicadores econômicos. Os autores ressaltam que esses indicadores econômicos, embora relevantes, podem omitir e até mesmo distorcer aquilo que a sociedade realmente valoriza. Nesse sentido, propõem que o bem-estar seja avaliado de maneira mais direta, uma vez que existem disparidades mensuráveis e preocupantes entre os indicadores econômicos e as preferências dos indivíduos. Além disso, eles enfatizam a importância dos relacionamentos sociais, do prazer no trabalho e da atenção aos distúrbios mentais para o aprimoramento da satisfação. Para efetivar essa mudança, sugerem a criação de um índice nacional nos Estados Unidos que sistematicamente avalie as principais variáveis do bem-estar em amostras representativas da população. Esse índice abrangeria elementos-chave, como emoções positivas e negativas, envolvimento, propósito, significado, otimismo, confiança e satisfação geral com a vida. A proposta é que esse índice sirva como uma base mais sólida para a tomada de decisões políticas, assegurando que os interesses da sociedade sejam melhor atendidos.

Ao investigar as diferentes dimensões do bem-estar e as metodologias emergentes para sua mensuração, percebe-se que esse conceito é amplo e multifacetado, abarcando uma variedade de aspectos que formam a estrutura de uma vida plena e satisfatória. Estes aspectos

englobam desde saúde e felicidade, até relacionamentos pessoais, realização profissional e outras facetas do desenvolvimento humano. Entre estas dimensões, é preciso destacar a qualidade de vida como um indicador integrador, que reflete a interação entre diversos componentes do bem-estar, incluindo, mas não limitado à, saúde, participação social e satisfação pessoal. A próxima seção dará continuidade a esta discussão, examinando a interrelação entre qualidade de vida e bem-estar, bem como sua natureza multifacetada e multidimensional.

2.2 A qualidade de vida como representante do bem-estar

Seguindo a linha de raciocínio sobre o bem-estar, Seidl e Zannon (2004) avançam um passo além ao focar no subconjunto crucial do bem-estar relacionado à saúde - a qualidade de vida (QV). Eles desvendam a natureza multifacetada e subjetiva da QV, que se entrelaça com um leque variado de influências, incluindo o estado de saúde, relações sociais, ambiente, cultura e valores pessoais. O conceito de QV, similarmente ao bem-estar, tem evoluído desde sua aparição na literatura médica nos anos 1930, apresentando diversas interpretações conforme a perspectiva e o propósito do estudo ou intervenção, reiterando assim a complexidade descrita por Voukelatou et al. (2021) e Diener e Seligman (2004). Os instrumentos para avaliação da QV abrangem métodos quantitativos e qualitativos, cada um com suas próprias vantagens e desvantagens, refletindo os desafios inerentes à mensuração do bem-estar discutidos anteriormente. Ao ressaltar que a construção da QV é um esforço interdisciplinar, os autores reforçam a ideia de que um enfoque holístico é essencial para entender e melhorar o bem-estar. Além disso, ao realçar que o uso do conceito de QV pode potencializar a qualidade e a abrangência do cuidado à saúde, partindo da visão de que a saúde é um direito humano básico, eles destacam a relevância da implementação de medidas de bem-estar para a tomada de decisões políticas mais eficazes, tal como proposto por Diener e Seligman (2004). Consequentemente, a pesquisa e a aplicação da QV na prática de saúde tornam-se fundamentais para prover um atendimento mais completo e centrado no paciente, complementando as abordagens inovadoras de bem-estar social discutidas anteriormente.

A qualidade de vida pode ser compreendida como uma medida individual e subjetiva de satisfação pessoal e envolvimento comunitário. Este conceito engloba a habilidade de um indivíduo para satisfazer suas necessidades básicas, participar de maneira significativa na sociedade e experimentar um senso de realização e satisfação pessoal. A qualidade de vida,

portanto, é um indicativo de uma vida bem vivida, sob os termos e percepções do próprio indivíduo (Goode, 1988, *apud* SCHALOCK, 1990).

Pereira, Teixeira e Santos (2012) discutem o conceito de qualidade de vida e suas imprecisões teóricas e metodológicas, que dificultam a investigação e a aplicação do conhecimento produzido para melhorar a qualidade de vida da população. São apresentadas diferentes abordagens, conceitos e propostas para classificar e avaliar a qualidade de vida. Percebe-se que as abordagens e conceitualizações sobre qualidade de vida são apresentadas de forma variada e, às vezes, divergente. Devido à falta de consenso teórico, muitos pesquisadores utilizam conceitos como saúde, bem-estar e estilo de vida de forma intercambiável. A qualidade de vida “é considerada como a percepção do indivíduo de sua posição na vida no contexto da cultura e sistema de valores nos quais vive e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações” (WHOQOL, 1994, *apud* Pereira, Teixeira e Santos 2012, p. 241). Os autores afirmam que não há uma definição amplamente aceita de qualidade de vida, mas está cada vez mais evidente que ela inclui não apenas elementos relacionados à saúde, mas também outros fatores significativos na vida das pessoas, como trabalho, família, amigos e as diversas circunstâncias diárias.

Neri (2014) se propôs a sintetizar os pontos de vista da população brasileira sobre o desenvolvimento humano em um indicador único e subjetivo, denominado Índice de Desenvolvimento Humano Percebido (IDH-P). A estruturação deste índice foi realizada através da versão subjetiva dos componentes do IDH - saúde, educação e renda -, além de incorporar o aspecto das condições de trabalho. O foco do estudo foi o Brasil, com um esforço para decifrar e contrastar as prioridades da população brasileira com a perspectiva global, empregando o questionário da pesquisa My World da ONU, integrado ao Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS) do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Os dados usados para a pesquisa provieram do SIPS, especificamente de uma rodada realizada em agosto de 2013, onde mais de 10 mil questionários, que repetiam as perguntas da pesquisa My World, foram aplicados. A estratégia metodológica escolhida incluiu a aplicação de uma análise de componentes principais a mais de vinte perguntas subjetivas. Tal método permitiu a redução de redundâncias entre questões parecidas e destacou a convergência de temas em duas direções principais: indicadores de possibilidades frente aos resultados e a dualidade entre indicadores internos do status do indivíduo e percepções externas sobre o ambiente e políticas relacionadas.

Os resultados obtidos no estudo indicaram que a utilização da análise de componentes principais possibilitou a eliminação efetiva de redundâncias entre perguntas subjetivas parecidas, agrupando as percepções da população sobre o desenvolvimento humano em um único indicador subjetivo, o IDH-P. O trabalho de Neri apresentou contribuições significativas para o entendimento deste tópico conforme percebido pela população brasileira e pode ser útil para este trabalho de monografia pois apresenta uma metodologia que pode ser adaptada para a construção de um Índice de Qualidade de Vida Percebida (IQVP). Além disso, a análise das prioridades da população brasileira em termos de políticas públicas pode fornecer insights sobre a relação entre o nível educacional da pessoa de referência de cada residência e a QVP pelas famílias brasileiras.

O estudo e a decomposição da qualidade de vida da forma como ela é percebida pelos indivíduos tem o potencial de contribuir com o entendimento de como variáveis socioeconômicas selecionadas, com foco no papel do nível educacional da pessoa de referência das famílias, afetam a percepção de bem-estar dos domicílios brasileiros e, ainda, com a possível elaboração de políticas públicas que venham a gerar resultados mais significativos nas parcelas mais pobres da população. Ademais, é crucial considerar que uma maior educação formal pode capacitar os indivíduos a fazerem decisões mais acertadas, consequentemente resultando em uma qualidade de vida percebida superior.

Na exploração da relação entre qualidade de vida e bem-estar, a complexidade e a interconexão desses conceitos se evidenciam, com a educação se destacando como um dos elementos influentes nessa dinâmica. Dessa forma, a seção 2.3 tratará dessa correlação, revisando a literatura atual e identificando áreas ainda pouco exploradas nesse campo de pesquisa. Além disso, será examinado como os gastos com a educação impactam a qualidade de vida e a percepção de bem-estar, levando em conta as disparidades socioeconômicas presentes no Brasil. Diante deste panorama, busca-se entender melhor como a educação pode influenciar a qualidade de vida.

2.3 Trabalhos empíricos da relação entre educação e qualidade de vida percebida

Dada a escassez de trabalhos que decompõem a qualidade de vida percebida com relação a níveis educacionais, este referencial teórico traz a seguir uma pesquisa que utilizou decomposição salarial em função da escolaridade e outra que visa identificar os determinantes dos gastos com educação no Brasil. Através de uma investigação dos diferenciais de

remuneração baseados na educação, assim como dos determinantes dos gastos educacionais, busca-se compreender a complexa relação entre educação, produtividade e qualidade de vida.

Neri et al. (2018) procurou entender os elementos associados à percepção de qualidade de vida em brasileiros com 50 anos ou mais, com base nos dados de 2015-2016 do Estudo Longitudinal Brasileiro sobre Envelhecimento (ELSI-Brasil) que incluiu 7.651 participantes de todo o país. A pesquisa transversal examinou variáveis independentes como características sociodemográficas (como idade, gênero e nível de educação), indicadores de mobilidade, e elementos de sociabilidade (solidão, redes sociais, suporte social e envolvimento social), tendo a qualidade de vida percebida (QVP), avaliada pelo índice CASP-19, como variável dependente, usando a regressão de Poisson multivariada para examinar as correlações.

Os resultados revelaram uma correlação positiva entre a QVP e fatores como contato regular com amigos, suporte prático do cônjuge ou parceiro no lar, e apoio emocional de parentes, filhos ou parceiros. No entanto, uma correlação negativa foi encontrada entre a QVP e indivíduos com 80 anos ou mais, aqueles com 4 a 7 ou mais de 8 anos de escolaridade e pessoas com problemas de mobilidade. Portanto, o estudo evidenciou a relevância da idade, educação, mobilidade, sociabilidade e suporte prático e emocional na percepção de qualidade de vida entre os idosos no Brasil.

Um estudo conduzido por Kim et al. (2018) fornece evidências empíricas que sustentam a hipótese de que uma maior educação pode de fato levar a uma melhor tomada de decisões, especialmente na esfera econômica. A metodologia utilizada foi um ensaio controlado randomizado de apoio à educação no Malawi, conduzido pelos autores. Ao analisar os dados, quatro anos após a intervenção, foi observado um aumento da racionalidade econômica entre os participantes beneficiados pelo programa. Este resultado ressalta o papel da educação como uma ferramenta para aumentar a capacidade do indivíduo de fazer escolhas consistentes com a maximização da utilidade. Isso, como dito anteriormente, pode ter implicações de longo alcance para a melhoria da qualidade de vida. Tomar decisões que maximizem a utilidade significa fazer escolhas que melhor se alinhem com os valores, necessidades e desejos de um indivíduo, o que está fundamentalmente ligado ao seu senso de satisfação geral com a vida.

Segundo Quadros (2005) os gastos das famílias com educação privada no Brasil excedem em quase duas vezes e meia os gastos com educação geral da população, sendo em média 13,60% contra 5,74% das despesas regulares, respectivamente. Desta forma, destaca o autor, tais gastos podem superar despesas tradicionais (como energia e telefonia) e até mesmo,

somando-se o tempo de investimento, pode superar o valor de aquisição de um dos principais bens da sociedade atual: a casa própria. Isso reforça a relevância de explorar mais profundamente este tema.

Castro e Vaz (2007), em Silveira et al. (Org.), com o objetivo de investigar descritivamente a magnitude, a estrutura, a sensibilidade e a evolução dos gastos familiares com relação a bens e serviços de educação, utilizando os microdados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF/IBGE) dos anos de 1987-1988, 1995-1996 e 2002/2003, oferecem um apanhado geral dos gastos para as famílias brasileiras, inclusive detalhando a composição dos gastos com educação por anos de escolaridade do chefe da família.

Os autores esclareceram a metodologia utilizada, particularmente sobre como realizaram a harmonização dos dados obtidos em anos diferentes pelas POFs e ressaltaram que levaram em conta, de maneira cuidadosa, as mudanças ocorridas tanto nas metodologias de categorização e quantificação das despesas familiares quanto nas variações da abrangência geográfica das informações coletadas ao longo dos anos estudados. Ao final, foi constatado que nos domicílios cujos chefes possuem maior nível de escolaridade ocorreram aumentos contínuos nos gastos com educação ao longo do período analisado, o que não se verificou para aqueles com menor escolarização.

Davanzo e Ferro (2016) realizaram um estudo que visava entender as alterações nos diferenciais de remuneração baseados na educação no Brasil entre 2001 e 2012. A análise foi executada em nível nacional, com dados oriundos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Os pesquisadores levantaram a suposição de que a qualidade deficiente da educação no país poderia estar produzindo profissionais menos preparados, o que poderia levar a uma menor produtividade e salários mais baixos para os titulados. O trabalho se destaca por ter utilizado o método de Oaxaca-Blinder para examinar se a redução observada nos retornos da educação estava vinculada a uma diminuição na qualidade da mão de obra.

As variáveis consideradas no estudo compreendiam a escolaridade, mensurada pelo número de anos de estudo, a experiência profissional do indivíduo e um conjunto de atributos observáveis, tais como o tipo de trabalho (formal ou informal), o setor de atuação, a localização residencial (região metropolitana ou não), e a região geográfica (Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sul). Os resultados obtidos confirmaram a queda dos diferenciais salariais e dos retornos à educação durante o período estudado, por meio da decomposição de Oaxaca-Blinder. No entanto, apesar da produtividade ser uma explicação parcial para a diferença salarial, não foi

possível estabelecer uma relação direta entre a qualidade da educação e a produtividade laboral. Dessa forma, a hipótese inicial dos autores foi corroborada apenas em parte, indicando a necessidade de mais investigações para desvendar as intrincadas relações entre a educação, a produtividade e os salários no Brasil.

Com o objetivo de analisar os principais fatores que afetam os gastos com educação no Brasil, Curi e Menezes Filho (2010) realizaram uma investigação abrangente sobre o investimento em educação pelas famílias brasileiras, baseando-se nos microdados coletados pelas pesquisas nacionais PNAD (2001-2006) e POF (2002/2003). O estudo empregou modelos de escolha binária e censurados para avaliar a influência de várias variáveis, como o nível educacional da mãe, a renda familiar, a disponibilidade de escolas públicas, o preço da educação no estado e a região de domicílio, juntamente com outros indicadores socioeconômicos, sobre a decisão de matrícula em instituições de ensino privadas.

As conclusões do estudo indicam que a decisão de inscrever os filhos em escolas particulares é principalmente determinada pelo grau de instrução da mãe, a renda da família, a presença de escolas públicas, os custos de educação do estado e a região onde a família vive. Em especial, a renda familiar *per capita* se destacou como a principal determinante do montante desembolsado com as mensalidades escolares, apresentando uma sensibilidade maior no ensino fundamental em relação ao ensino médio quando se trata de variações na renda.

Serão utilizadas neste trabalho variáveis que não foram citadas nos estudos apresentados, como a satisfação com relação a alimentação, moradia, vestuário e lazer. Acredita-se que a inclusão desses fatores, que compõem o padrão de vida de um indivíduo, fornecem uma visão mais holística e podem afetar diretamente a percepção de qualidade de vida geral.

Apesar da existência de estudos abrangentes tratando sobre a variável de interesse anos de escolaridade, ainda há uma lacuna significativa na literatura. A pesquisa atual justifica-se pela necessidade de preencher este espaço. Até o momento, não foi identificada a ocorrência de trabalhos que tenham realizado uma decomposição entre grupos com diferentes níveis educacionais visando medir a diferença na qualidade de vida percebida entre eles.

De forma que o problema de pesquisa torna-se responder às seguintes perguntas: há diferença na qualidade de vida percebida média entre os domicílios cujo chefe possui ensino superior completo dos domicílios que possui apenas o ensino médio completo? Se sim, em que medida essa diferença pode ser explicada por fatores observáveis?

A importância deste problema origina-se na relevância que os resultados podem vir a ter para a sociedade brasileira ao buscar identificar o que afeta a sua percepção de bem-estar e qualidade de vida, além de objetivar a mensuração do quanto o nível educacional da pessoa de referência do domicílio contribui para o grau de satisfação domiciliar.

Ao identificar a lacuna na literatura que este trabalho pretende preencher, também é essencial elucidar a importância prática desta pesquisa. Dado que o nível educacional pode ter uma influência substancial na qualidade de vida percebida, entender esta relação em detalhes pode ter implicações profundas para a formulação de políticas públicas. As autoridades podem usar essas informações para desenvolver estratégias de educação e programas sociais mais eficazes, levando em consideração as diferenças percebidas na qualidade de vida entre diferentes níveis de educação. Isso poderia contribuir para a redução das desigualdades socioeconômicas e promover o bem-estar da população brasileira como um todo.

O presente trabalho inspira-se no artigo de Silveira (2020), em que é proposta a investigação dos “determinantes demográficos e socioeconômicos do investimento das famílias brasileiras na educação de nível superior de seus membros” Silveira (2020, p. 47). Os resultados encontrados neste estudo sugerem que há um efeito de transferência de recursos entre os membros do mesmo domicílio, o que se pretende estudar no presente trabalho, e que a probabilidade de frequência de ao menos um dos membros na educação superior é influenciada por muitas variáveis que afetam a oferta e a demanda dos cursos. A premissa aqui é analisar se o investimento em um maior nível educacional realmente se traduz em uma qualidade de vida percebida maior.

O método a ser utilizado será baseado em um estudo de decomposição da média salarial entre homens e mulheres desenvolvido por Oaxaca (1973), para trabalhadores dos Estados Unidos no ano de 1967, que buscou identificar o quanto da diferença salarial entre os dois grupos era explicado por fatores observáveis e não observáveis. Detalhes adicionais sobre este método serão discutidos em um capítulo separado.

Este método será adaptado para o caso da qualidade de vida percebida, em que a variável dependente será um índice de qualidade de vida percebida (IQVP) e a variável explicativa de interesse será o nível de escolaridade médio e superior da pessoa de referência do domicílio, de modo que sua aplicação neste estudo permitirá quantificar a contribuição do nível de educação para a qualidade de vida percebida, permitindo um melhor entendimento da complexidade desta relação. A escolha deste método é estratégica, pois ele é especialmente adequado para isolar o

efeito da educação, ajustando outros fatores que podem influenciar a qualidade de vida percebida. Este será um passo importante para aprofundar o entendimento do papel da educação no bem-estar da população brasileira.

Com base na literatura revisada, especialmente no estudo de Kim, H.B. et al. (2018), espera-se que os resultados desta pesquisa apresentem uma diferença positiva e estatisticamente significativa para o grupo de domicílios em que a pessoa de referência da residência declarou possuir nível superior de educação e, conseqüentemente, apresente uma qualidade de vida percebida maior.

Portanto, a análise das relações entre bem-estar, qualidade de vida e educação, apresentada neste capítulo, configura uma base sólida para o entendimento desses fenômenos. Observa-se que a interação desses componentes é relevante no contexto social e econômico, sobretudo no que se refere à criação de políticas que podem melhorar a vida das pessoas. Tendo delineado a complexidade dessas relações e identificado as lacunas na literatura atual, o próximo capítulo conduzirá à uma análise mais aprofundada da metodologia e da base de dados que serão utilizadas para investigar estas interações de maneira empírica, buscando assim cumprir com os objetivos deste trabalho.

3 METODOLOGIA E BASE DE DADOS

Nesta seção serão descritos o método de procedimento e a base de dados. Na primeira subseção é apresentada a metodologia a ser utilizada para que os objetivos propostos sejam alcançados e na segunda subseção será caracterizada a base de dados.

3.1 Análise de decomposição

O intuito deste trabalho é identificar se há diferença na qualidade de vida percebida média conforme o nível de escolaridade da pessoa de referência (chefe) e medir qual o tamanho dessa diferença. Para isto, estima-se as equações entre dois grupos de domicílios, sendo um grupo composto por domicílios em que o chefe declarou possuir nível superior de educação concluído e o outro grupo composto por chefes que declararam apenas o ensino médio concluído:

$$Y_i^S = \sum_{k=1}^k x_{ki}^S \beta_k^S + u_i^S \quad (1)$$

e

$$Y_i^M = \sum_{k=1}^k x_{ki}^M \beta_k^M + u_i^M \quad (2)$$

Em que a variável Y_i^S representa a variável dependente Y (nível de qualidade de vida percebida) no domicílio (i) em que o chefe possui nível superior de educação concluído (S), X_{ki}^S é o vetor de variáveis explicativas das características (k) dos domicílios (i) com chefe que possui nível superior (S), β_k é o coeficiente das características (k) dos domicílios com chefe que possui nível superior (S) a ser estimado e u_i o termo de resíduo dos domicílios (i). A segunda equação é idêntica à primeira, mas está relacionada aos domicílios (i) cujo chefe possui apenas o ensino médio completo (M).

Em seguida será aplicado um método sobre o índice de qualidade de vida para decompor as médias em duas partes: uma parte relacionada às características observáveis e outra parte às características não observáveis. para atribuir parte da diferença na média ao nível educacional dos domicílios brasileiros e o restante a características não observáveis. A decomposição de Oaxaca¹ (1973) citado por Bazen (2011) é um método de decomposição pelas diferenças nas médias entre dois grupos e foi escolhido por ser o método padrão, na literatura econômica, para a realização deste trabalho. O primeiro passo para realizar a decomposição é calcular as médias das equações 1 e 2 dentro de cada grupo:

¹ Blinder (1973) fez uma proposição semelhante.

$$\bar{y}^S = \bar{x}^{S'} \hat{\beta}^S \quad (3)$$

$$\bar{y}^M = \bar{x}^{M'} \hat{\beta}^M \quad (4)$$

Em que $\bar{x}^{j'} \hat{\beta}^j = \sum_{k=1}^k \bar{x}_k^j \hat{\beta}_k^j$ e $j = S, M$.

Dessa forma, a diferença entre a média da qualidade de vida percebida entre os grupos é dada fazendo a subtração de uma equação pela outra, conforme a seguir:

$$\bar{y}^S - \bar{y}^M = \bar{x}^{S'} \hat{\beta}^S - \bar{x}^{M'} \hat{\beta}^M \quad (5)$$

Adicionando e subtraindo $\bar{x}^{M'} \hat{\beta}^S$ no lado direito da equação, obtém-se a decomposição agregada:

$$\bar{y}^S - \bar{y}^M = (\bar{x}^S - \bar{x}^M)' \hat{\beta}^S + \bar{x}^{M'} (\hat{\beta}^S - \hat{\beta}^M) \quad (6)$$

$$\Delta = E + U \quad (7)$$

Sendo que “E” mede a parte da diferença nas características observáveis médias entre os dois grupos e “U” mede a parte não explicável da diferença, que pode ser atribuída às características não observáveis da decomposição.

Com essa equação será possível mostrar o quanto da diferença das médias é explicado por fatores observáveis e não observáveis; mostrar quais variáveis são relevantes e; o nível de bem-estar dos domicílios brasileiros.

Espera-se que os resultados apresentem uma diferença positiva e estatisticamente significativa para o grupo de domicílios em que a pessoa de referência da residência declarou possuir nível superior de educação e, conseqüentemente, apresente uma qualidade de vida percebida maior.

3.2 Base de dados

Para a realização deste trabalho, serão utilizados os microdados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) do biênio 2017-2018, que são coletados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Trata-se de uma pesquisa amostral domiciliar, aplicada por um período de 12 meses, que tem como principais objetivos “obter informações sobre a estrutura de orçamentos (aquisições de produtos, serviços e rendimentos), estado nutricional e condições de vida dos domicílios e população brasileira.” (IBGE, 2017, p. 12)

A POF 2017-2018 foi a sexta pesquisa conduzida pelo IBGE sobre orçamentos familiares. As edições anteriores foram: o Estudo Nacional da Despesa Familiar - ENDEF 1974-1975 (exceto as áreas rurais das regiões Norte e Centro-Oeste); a POF 1987-1988; a POF 1995-1996; a POF 2002-2003; e a POF 2008-2009. Essa edição, assim como as duas edições anteriores, foi de abrangência nacional, diferentemente das pesquisas realizadas nas décadas de 1980 e 1990, que eram restritas às regiões metropolitanas de interesse do Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor - SNIPC, do IBGE. (IBGE, 2022).

A inovação desta edição foi a inclusão da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar - EBIA, que mede a percepção em relação ao acesso aos alimentos pelos domicílios brasileiros. Pretende-se utilizar neste trabalho informações sobre a renda *per capita* dos domicílios brasileiros, assim como os seus perfis de gastos e os indicadores de qualidade de vida percebida, entre outras características dos indivíduos e regiões de domicílio.

Para o desenvolvimento do trabalho faz-se necessário a determinação das variáveis dependentes e das variáveis explicativas que serão utilizadas. Dessa forma, serão apresentadas no quadro abaixo, baseado na revisão da literatura, as sugestões de variáveis para uso nesta pesquisa:

Quadro 1 – Variáveis que serão utilizadas no trabalho.

Variável	Registro na POF	Código na POF	Descrição
Variáveis dependentes			
Índice de qualidade de vida percebida*	-	-	Índice a ser gerado pelo autor com base nas declarações de percepção dos itens abaixo*
Alimentação percebida	Condições de Vida	V61041	Declaração do nível de satisfação do domicílio com relação a alimentação. Assume valor 1 caso o chefe do domicílio declarou que o padrão de vida com relação a alimentação é “bom” ou “satisfatório”.
Moradia percebida	Condições de Vida	V61042	Declaração do nível de satisfação do domicílio com relação a moradia. Assume valor 1 caso o chefe do domicílio declarou que o padrão de vida com relação a moradia é “bom” ou “satisfatório”.

Vestuário percebido	Condições de Vida	V61043	Declaração do nível de satisfação do domicílio com relação a vestuário. Assume valor 1 caso o chefe do domicílio declarou que o padrão de vida com relação a vestuário é “bom” ou “satisfatório”.
Educação percebida	Condições de Vida	V61044	Declaração do nível de satisfação do domicílio com relação a educação. Assume valor 1 caso o chefe do domicílio declarou que o padrão de vida com relação a educação é “bom” ou “satisfatório”.
Saúde percebida	Condições de Vida	V61045	Declaração do nível de satisfação do domicílio com relação a saúde. Assume valor 1 caso o chefe do domicílio declarou que o padrão de vida com relação a saúde é “bom” ou “satisfatório”.
Lazer percebido	Condições de Vida	V61046	Declaração do nível de satisfação do domicílio com relação a lazer. Assume valor 1 caso o chefe do domicílio declarou que o padrão de vida com relação a lazer é “bom” ou “satisfatório”.
Variáveis explicativas			
Nordeste	Morador	UF	Assume valor 1 caso o domicílio seja localizado na região Nordeste e 0 caso contrário.
Centro-Oeste	Morador	UF	Assume valor 1 caso o domicílio seja localizado na região Centro-Oeste e 0 caso contrário.
Sul	Morador	UF	Assume valor 1 caso o domicílio seja localizado na região Sul e 0 caso contrário.
Norte	Morador	UF	Assume valor 1 caso o domicílio seja localizado na região Norte e 0 caso contrário.
Facilidade financeira	Condições de Vida	V6101	Assume valor 1 para Chefe que declarou que a renda total do mês permite que leve a vida com "Alguma facilidade", "Facilidade" ou "Muita facilidade" e 0 caso contrário.
Idade do Chefe	Morador	V0403	Idade em anos do Chefe da Unidade de Consumo.

Idade do Chefe ao quadrado	Morador	V0403	Idade em anos do Chefe da Unidade de Consumo elevada ao quadrado.
Homem	Morador	V0404	Sexo do Chefe da Unidade de Consumo, assumindo valor 1 para "Homem" e 0 caso contrário.
Branco	Morador	V0405	Cor ou raça do Chefe, assumindo valor 1 para "Branco" ou "Amarelo" e 0 caso contrário.
Renda <i>per capita</i>	Morador	PC_RENDA_MONET	Renda monetária familiar <i>per capita</i> . É a divisão do total da renda monetária da Unidade de Consumo pelo total de moradores da Unidade de Consumo.
Capital	Morador	ESTRATO_POF	Assume valor 1 se o município é a capital do estado e 0 caso contrário.
Domicílio urbano	Morador	TIPO_SITUACAO_REG	Assume valor 1 para "Urbano" e 0 caso contrário.
Imóvel próprio	Domicílio	V0217	Assume valor 1 para "Próprio de algum morador – já pago" ou "Próprio de algum morador – ainda pagando"
Quantidade de moradores	-	-	Número total de moradores no domicílio, gerado a partir da contagem da variável "COD_INFORMANTE" para cada domicílio da base de dados "Morador".
Cômodos <i>per capita</i>	-	-	Número de cômodos no domicílio dividido pela quantidade de moradores da respectiva unidade domiciliar.
Água	Condições de Vida	V61051	Percepção do Chefe em relação ao serviço de fornecimento de água, assumindo valor 1 para "Bom" ou "Satisfatório" e 0 caso contrário.
Coleta de lixo	Condições de Vida	V61054	Percepção do Chefe em relação ao serviço de coleta de lixo, assumindo valor 1 para "Bom" ou "Satisfatório" e 0 caso contrário.
Esgotamento sanitário	Condições de Vida	V61057	Percepção do Chefe em relação ao serviço de esgotamento sanitário, assumindo valor 1 para "Bom" ou "Satisfatório" e 0 caso contrário.

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da POF 2017-2018 e artigos.

Acredita-se que ao utilizar essas variáveis o objetivo da monografia será cumprido. Apresentados o método e a base de dados a ser utilizada, a próxima seção fará uma análise descritiva dos dados e abordará os resultados da decomposição da qualidade de vida percebida para os níveis educacionais.

4 RESULTADOS

Este capítulo tem como propósito apresentar e discutir os resultados obtidos a partir das análises realizadas no conjunto de dados previamente descrito na metodologia. Primeiramente, será conduzida uma análise descritiva das variáveis, fornecendo um panorama geral do comportamento dos dados. Posteriormente, será realizada a decomposição da qualidade de vida percebida para os dois diferentes níveis educacionais, o que permitirá a compreensão mais aprofundada da influência da educação no bem-estar e na qualidade de vida percebida dos domicílios.

4.1 Análise descritiva

A realização do estudo envolveu a integração das bases de dados da POF 2017-2018 "Condições de Vida", "Morador", "Domicílio" e "Rendimento do Trabalho", em que cada linha corresponde a um domicílio específico. Após a filtragem e exclusão de dados incompletos ou ausentes, o conjunto final consistiu em 25.341 observações. Deste total, 17.253 domicílios são chefiados por indivíduos com nível médio de educação, enquanto 8.088 têm chefes com nível superior de instrução. O quadro a seguir fornece uma visão detalhada dos dados, indicando valores médios, desvio padrão, assim como os mínimos e máximos para cada variável investigada no estudo.

Tabela 1 – Estatísticas descritivas para as variáveis dependentes e independentes.

Variável	Média	Desvio padrão	Mínimo	Máximo
Variáveis dependentes				
IQVP	0.876	0.184	0	1
Alimentação percebida	0.962	0.191	0	1
Moradia percebida	0.945	0.229	0	1
Vestuário percebido	0.940	0.237	0	1
Educação percebida	0.912	0.283	0	1
Saúde percebida	0.777	0.416	0	1
Lazer percebido	0.721	0.448	0	1
Variáveis explicativas				
Chefe Nível Médio	0.681	0.466	0	1
Chefe Nível Superior	0.319	0.466	0	1
Nordeste	0.296	0.457	0	1

Sudeste	0.289	0.453	0	1
Centro-Oeste	0.147	0.354	0	1
Sul	0.136	0.342	0	1
Norte	0.132	0.339	0	1
Facilidade financeira	0.364	0.481	0	1
Idade	41.56	11.72	18	90
Idade ao quadrado	1864.46	1046.30	324	8100
Homem	0.589	0.492	0	1
Branco	0.427	0.495	0	1
Renda <i>per capita</i>	2255.24	3965.18	0	238281.20
Capital	0.297	0.457	0	1
Domicílio urbano	0.908	0.289	0	1
Imóvel próprio	0.669	0.471	0	1
Quantidade de Moradores	3.17	1.35	1	13
Cômodos <i>per capita</i>	2.38	1.49	0.143	23
Água	0.847	0.360	0	1
Coleta de lixo	0.867	0.340	0	1
Esgotamento sanitário	0.613	0.487	0	1

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da POF 2017-2018.

O cálculo do índice foi fundamentado nas declarações de percepção relativas às variáveis dependentes da pesquisa. A formulação deste índice se baseou na expressão a seguir:

$$\text{índice} = \frac{x_i - x_{\min}}{x_{\max} - x_{\min}} \quad (8)$$

em que x_i é a soma das declarações de percepção para cada domicílio e x_{\min} e x_{\max} são, respectivamente, os valores mínimo e máximo encontrados no conjunto de domicílios.

Este método de cálculo proporciona um índice que reflete a relação da percepção individual em comparação com a amplitude de respostas no conjunto de dados. Quando se analisam os resultados em relação aos dois níveis de escolaridade considerados no estudo, observa-se um índice médio de 87,6% de satisfação, indicando uma alta percepção positiva geral entre os respondentes.

Analisando as variáveis dependentes, relacionadas à percepção das condições de vida dos domicílios, observa-se que a "Alimentação percebida" teve uma média de 96,2% de satisfação,

com um desvio padrão de 19,1%. A "Moradia percebida" também se mostrou alta, marcando 94,5%, embora com uma variação de 22,9%. As impressões sobre o "Vestuário" registraram 94,0% de média e um desvio de 23,7%. Notavelmente, a "Educação percebida" ficou em 91,2%, com uma variação um pouco mais ampla de 28,30%. No entanto, áreas como "Saúde" e "Lazer" mostraram-se mais voláteis: a saúde foi percebida em 77,7%, com um desvio significativo de 41,6%, enquanto o lazer registrou 72,1% e um desvio de 44,8%. Esses insights fornecem uma visão detalhada sobre as áreas de maior e menor satisfação entre os respondentes.

Ao avaliar a distribuição geográfica dos domicílios analisados, observa-se que a maior concentração está no Nordeste, com uma média de 29,6% dos domicílios. Logo em seguida, o Sudeste aparece com 28,9%. Já o Centro-Oeste, Sul e Norte apresentam uma presença menor na análise, com médias de 14,7%, 13,6% e 13,2% respectivamente. Essa distribuição sugere uma representatividade equilibrada entre as regiões mais populosas, como Nordeste e Sudeste, e as demais regiões do Brasil. Cerca de 29,7% destes domicílios encontram-se em capitais estaduais, evidenciando a concentração em áreas metropolitanas. Além disso, 90,8% dos domicílios estão em zonas urbanas, destacando a tendência de urbanização brasileira, sobretudo nas regiões Nordeste e Sudeste. Esta distribuição reflete a preferência da população por ambientes urbanizados e centros estratégicos do país.

Ao analisar as características da pessoa de referência de cada domicílio, emergem certas tendências demográficas. A idade média dessas pessoas é de aproximadamente 41,56 anos, com uma variação indicada pelo desvio padrão de 11,72 anos, e uma faixa etária que se estende de 18 a 90 anos. Além disso, aproximadamente 58,9% das pessoas de referência são homens, indicando uma ligeira predominância masculina nestes papéis de liderança ou referência dentro dos domicílios. Quando se trata de etnia, cerca de 42,7% se identificam como brancos. Estes dados fornecem insights sobre a demografia e características predominantes das figuras centrais em cada residência analisada.

Os dados dos domicílios analisados revelam que 66,9% deles são imóveis próprios. A quantidade média de moradores por domicílio é de 3,17, com uma proporção de 2,38 cômodos por pessoa. Em relação aos serviços, 84,7% dos domicílios avaliam o fornecimento de água como bom ou satisfatório, enquanto 86,7% têm uma avaliação positiva para a coleta de lixo. No entanto, apenas 61,3% consideram o esgotamento sanitário como satisfatório. Estes números fornecem uma perspectiva sobre as condições de moradia e infraestrutura dos domicílios em questão.

A renda *per capita* média dos domicílios analisados é de R\$ 2.255,24, com um desvio padrão considerável de R\$ 3.965,18, mostrando uma variação significativa nas rendas entre os domicílios. Para efeitos de comparação, o salário mínimo no Brasil no início de 2018 era de R\$ 954,00². Em relação à facilidade financeira, 36,4% dos chefes de domicílio declararam que a renda total do mês lhes permite viver com "Alguma facilidade", "Facilidade" ou "Muita facilidade".

Tabela 2 – Detalhamento da renda *per capita* por nível de escolaridade da pessoa de referência para cada domicílio.

Medidas	Ensino médio completo	Ensino superior completo
Percentil 5	214.01	572.77
Mediana	1008.62	2527.84
Percentil 95	3866.52	11667.92
Media	1450.56	3971.74
Desvio Padrao	2040.98	6004.26
Minimo	0.00	0.00
Maximo	71796.65	238281.20

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da POF 2017-2018.

Ao comparar a composição da renda *per capita* por grupo de domicílios, observam-se diferenças significativas entre aqueles cujos chefes possuem ensino médio e aqueles com ensino superior completo. Para os domicílios com chefes de ensino médio, a renda *per capita* no percentil 5 é de R\$ 214,01, a mediana atinge R\$ 1.008,62 e no percentil 95 é de R\$ 3.866,52. A média desse grupo é de R\$ 1.450,56, com um desvio padrão de R\$ 2.040,98 e renda máxima de R\$ 71.796,65.

Por outro lado, para os domicílios com chefes que possuem ensino superior completo, o percentil 5 da renda *per capita* é de R\$ 572,77, mais do que o dobro quando comparado ao grupo anterior. A mediana para este grupo é de R\$ 2.527,84, e no percentil 95, alcança R\$ 11.667,92, indicando um nível de renda consideravelmente mais alto. A média desse segmento é de R\$ 3.971,74, com um desvio padrão de R\$ 6.004,26 e renda máxima de R\$ 238.281,20. Estas estatísticas elucidam a diferença palpável de renda entre os domicílios com chefes de

² Conforme os dados da Federação dos Trabalhadores Aposentados e Pensionistas do Estado do Rio Grande do Sul, disponível em <http://www.fetapergs.org.br/index.php/2015-07-27-16-46-22/tabelas-salario-minimo>.

diferentes níveis de escolaridade, sublinhando a consequência positiva da educação superior na renda dos indivíduos.

A seguir será apresentado uma tabela detalhando os resultados obtidos para variáveis selecionadas, categorizadas conforme o nível de escolaridade da pessoa de referência de cada domicílio. Esta segmentação permite uma análise mais aprofundada das particularidades e diferenças entre os diferentes estratos educacionais.

Tabela 3 – Detalhamento de variáveis selecionadas por nível de escolaridade da pessoa de referência para cada domicílio.

Variável	Média	Desvio padrão	Mínimo	Máximo
Nível Médio				
IQVP	0.860	0.194	0	1
Alimentação percebida	0.957	0.203	0	1
Moradia percebida	0.936	0.245	0	1
Vestuário percebido	0.929	0.257	0	1
Educação percebida	0.895	0.306	0	1
Saúde percebida	0.746	0.435	0	1
Lazer percebido	0.697	0.460	0	1
Facilidade financeira	0.311	0.463	0	1
Idade do Chefe	40.323	11.592	18	90
Homem	0.626	0.484	0	1
Branco	0.375	0.484	0	1
Água	0.836	0.370	0	1
Coleta de lixo	0.854	0.354	0	1
Esgotamento sanitário	0.585	0.493	0	1
Nível Superior				
IQVP	0.911	0.157	0	1
Alimentação percebida	0.973	0.161	0	1
Moradia percebida	0.963	0.189	0	1
Vestuário percebido	0.965	0.183	0	1
Educação percebida	0.948	0.221	0	1
Saúde percebida	0.842	0.365	0	1
Lazer percebido	0.774	0.419	0	1

Facilidade financeira	0.477	0.499	0	1
Idade do Chefe	44.197	11.546	19	89
Homem	0.509	0.500	0	1
Branco	0.537	0.499	0	1
Água	0.870	0.336	0	1
Coleta de lixo	0.895	0.307	0	1
Esgotamento sanitário	0.673	0.469	0	1

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da POF 2017-2018.

Ao analisar os resultados apresentados, é possível observar diferenças substanciais entre os níveis médio e superior em várias categorias. Para aqueles chefes que possuem nível médio de escolaridade, o índice de qualidade de vida percebido foi de aproximadamente 86%, com um desvio padrão de 19,4%. Por outro lado, os chefes que possuem nível superior de escolaridade exibiram uma média de satisfação superior, atingindo 91,1%, com um desvio padrão menor de 15,7%. Esta análise sugere que, no geral, os chefes com nível superior de escolaridade tendem a apresentar uma percepção de satisfação mais alta em relação aos que possuem o nível médio.

As percepções sobre alimentação, moradia, vestuário e educação são consistentemente mais altas no nível superior, com as médias superando 94,8% em todas essas categorias, enquanto as médias do nível médio variam entre 89,5% (educação) e 95,7% (alimentação). Em termos de saúde e lazer percebidos, embora ambos os níveis apresentem médias mais baixas do que em categorias como alimentação e moradia, o nível superior ainda supera o nível médio, com médias de 84,2% e 77,4%, respectivamente, comparadas a 74,6% e 69,7% do nível médio.

A categoria "Facilidade financeira" mostra uma diferença importante. O nível superior tem uma média de 47,7%, enquanto o nível médio tem uma média significativamente menor de 31,1%, indicando que aqueles com educação de nível superior tendem a perceber que têm uma melhor situação financeira.

Quanto à demografia, enquanto o nível médio tem uma média maior para "Homem" (62,6%), o nível superior tem médias mais altas para "Branco" (53,7% contra 37,5% do nível médio). As percepções sobre serviços básicos, como água, coleta de lixo e esgotamento sanitário, são consistentemente mais altas no nível superior, com destaque para o esgotamento sanitário, que apresenta uma média de 67,3%, em comparação com 58,5% do nível médio.

Em resumo, de forma geral, aqueles no nível superior tendem a ter percepções mais positivas com menor desvio padrão em quase todas as categorias quando comparados àqueles no nível médio.

O teste t foi utilizado para analisar estatisticamente a média do índice a fim de reforçar a hipótese de que o nível educacional afeta a percepção de qualidade de vida domiciliar. Os resultados apontaram uma diferença estatisticamente significativa da média dos grupos, com um valor-p de 0,000, inferior ao limiar típico de 5%. Isso indica uma variação relevante no índice de qualidade de vida percebida entre as duas amostras. Portanto, o teste reforça a hipótese de que os índices de qualidade de vida percebida entre chefes com nível médio e chefes com nível superior realmente se diferenciam.

As análises realizadas nesta seção são univariadas. Assim, para levar em consideração todas as variáveis, será realizada na seção a seguir uma análise bivariada através da Regressão de Oaxaca (1973).

4.2 Decompondo a qualidade de vida percebida para os níveis educacionais

Após a constatação de que indivíduos com nível superior apresentam melhores percepções acerca de sua qualidade de vida em comparação com aqueles no nível médio, torna-se essencial entender as causas subjacentes destas diferenças. Nesta seção, a análise será centrada na aplicação do método de Oaxaca (1973). Esta metodologia, conforme tratado anteriormente, permite decompor as diferenças observadas em partes explicadas e não explicadas, possibilitando identificar quais fatores específicos contribuem para as discrepâncias percebidas. Assim, o objetivo é entender de forma mais detalhada a diferença no índice de qualidade de vida percebida entre os dois grupos educacionais e como o nível educacional da pessoa de referência afeta a qualidade de vida percebida dos domicílios brasileiros.

A disparidade educacional no país é frequentemente acompanhada por divergências significativas no acesso a serviços básicos de qualidade. Utilizando a decomposição de Oaxaca, observa-se que a diferença de $0,911 - 0,860 = 5,1$ pontos percentuais (p.p.) no índice de qualidade de vida percebida (IQVP) entre os domicílios cujos chefes possuem ensino superior completo versus aqueles com ensino médio completo, apresentada na seção anterior, não se limita apenas a diferenças salariais ou oportunidades profissionais (ver a tabela de resultados constante no Anexo I deste trabalho).

Analisando a tabela 4, no Anexo I, famílias cujo chefe tem nível superior apresentam coeficientes significativamente mais altos em todas as categorias de percepção em comparação com aquelas em que o chefe de família tem apenas nível médio. Especificamente, a diferença entre os dois grupos varia de 0,016 para a percepção de alimentação e 0,027 para a percepção de moradia a 0,077 para a percepção de lazer e 0,096 para a percepção de saúde, todas estatisticamente significativas ao nível de 1%.

A tabela com os resultados da decomposição de Oaxaca (1973), apresentada no Anexo I, é dividida em duas partes: a primeira mostra os resultados das diferenças nas médias do IQVP e das variáveis dependentes e a segunda exhibe os resultados da decomposição em si, onde estão explicadas as diferenças de satisfação pelas características (efeito explicado) e pelas discriminações (efeito não explicado).

O efeito explicado para o IQVP, que corresponde a 2,4p.p., em contraste com 2,7p.p. da parte não explicada, aponta para diferenças tangíveis em termos de acesso a serviços básicos de qualidade, como saúde, saneamento e habitação adequados. Estas disparidades podem ser atribuídas a uma variedade de fatores mensuráveis, incluindo renda e idade.

De fato, a variável facilidade financeira, refletida pela capacidade de levar a vida com diferentes graus de facilidade, destaca-se como o elemento predominante na parte explicada da análise, sendo um forte determinante em quase todas as variáveis de interesse, com coeficientes positivos e estatisticamente significativos. Este fator é especialmente relevante para explicar 0,033 na diferença de 0,077 da percepção de lazer dos domicílios.

Por outro lado, a idade tem um efeito variado, dependendo da variável de interesse. Por exemplo, um aumento na idade está associado a um aumento na percepção de moradia (0,012), mas a uma diminuição na percepção de saúde (-0,014) e lazer (-0,027).

Curiosamente os efeitos de região, apesar de significativos, são muito pequenos para explicar o bem-estar, tanto na parte explicada quanto na parte não explicada. Já outros fatores demográficos, como ser homem e ser branco, são significativos na maioria das categorias, tendo um efeito negativo para o primeiro fator e positivo para o segundo em todas as variáveis de interesse. A renda *per capita* também demonstrou ser um determinante significativo em várias categorias, tanto na parte explicada quanto na parte não explicada.

Vale notar também que as características da habitação, como se o imóvel é próprio ou não, a quantidade de cômodos *per capita* e o nível de satisfação com os serviços de

fornecimento de água, coleta de lixo e esgotamento sanitário, estão positivamente associadas a todas as variáveis de interesse, sugerindo que um maior nível educacional leva a melhorias na qualidade de habitação, o que por sua vez leva a melhorias nas percepções de qualidade de vida. Por outro lado, residir em zonas urbanas e possuir mais moradores em cada domicílio influenciam negativamente a maioria destas variáveis.

Em resumo, estes resultados sugerem que políticas voltadas para melhorar a educação, a situação financeira e a qualidade da habitação são essenciais para melhorar a qualidade de vida percebida e outras percepções relacionadas.

Após analisar as complexidades que envolvem a qualidade de vida percebida e os níveis educacionais, é importante sintetizar essas descobertas e abordar seus desafios intrínsecos. O próximo capítulo apresenta as considerações finais e delinea áreas para futuras investigações.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Decomposição de Oaxaca oferece *insights* relevantes acerca das variações na qualidade de vida entre chefes de domicílio de diferentes níveis educacionais. Este trabalho se esforçou para identificar as origens destas variações e concluiu que, enquanto variáveis observáveis, tais como situação financeira, idade e infraestrutura domiciliar, esclarecem uma considerável parte dessas variações, ainda há diferenças não tratadas que demandam estudos adicionais. Estes achados reforçam a relevância da educação, da condição financeira e da infraestrutura domiciliar na avaliação da qualidade de vida e indicam a urgência de estratégias que visem minimizar tais desigualdades.

Os resultados encontrados neste estudo foram consistentes com as expectativas iniciais e com as conclusões da literatura revisada, confirmando que a educação desempenha um papel crucial na qualidade de vida percebida. A análise realizada também ressalta a importância de considerar outros fatores que podem influenciar a qualidade de vida percebida de maneira significativa, como citado acima.

É importante reconhecer que este estudo possui algumas limitações. Em primeiro lugar, embora o método de Oaxaca seja útil para isolar o efeito da educação sobre a qualidade de vida percebida, a interpretação dos resultados pode ser complexa e não abrange todas as variáveis potencialmente relevantes. Além disso, essa pesquisa se baseou em dados secundários que, apesar de serem extensos e validados, podem não capturar todos os aspectos e nuances da qualidade de vida percebida. Também é necessário considerar que a qualidade de vida percebida é um conceito altamente subjetivo, que pode ser influenciado por muitos fatores além da educação. Assim, embora este estudo contribua para a compreensão da influência da educação na qualidade de vida percebida, futuras pesquisas poderiam se beneficiar da inclusão de mais variáveis e da utilização de metodologias complementares.

REFERÊNCIAS

- BAZEN, S. **Econometric Methods for Labour Economics**. First edition. New York: Oxford University Press Inc., 2011. Page 34. Tradução livre.
- CASTRO, J. A.; VAZ, F. M. Gastos das famílias com educação. In: SILVEIRA, F. et al. (Org.). **Gastos e consumo das famílias brasileiras contemporâneas**. Brasília: **Ipea**, 2007. v. 2. p. 77-104.
- CURI, A. Z.; MENEZES-FILHO, N. A. Determinantes dos gastos com educação no Brasil. **Pesquisa e planejamento econômico**, v. 40, n. 1, p. 2-39, 2010.
- DAVANZO, E. S.; FERRO, A. R. Retornos à educação: uma análise da redução do diferencial salarial por anos de estudo no Brasil no período de 2001 a 2012. **Encontro de Economia da Região Sul – ANPEC-SUL**, v. 19, 2016.
- DIENER, E.; SELIGMAN, M. E. P. Beyond Money: Toward an Economy of Well-Being. **Psychological Science in the Public Interest**, v. 5 (i. 1), p. 1–31, 2004. Disponível em: <<https://doi.org/10.1111/j.0963-7214.2004.00501001.x>>. Acesso em: 03 de junho de 2023.
- IBGE. Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018. **Manual do Agente de Pesquisa**. Rio de Janeiro, 2017.
- IBGE. POF – Pesquisa de Orçamentos Familiares. **Sobre – Primeiros resultados**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/24786-pesquisa-de-orcamentos-familiares-2.html?edicao=25578&t=sobre>> Acesso em: 30 de maio de 2022.
- KIM, H. B. et al. The role of education interventions in improving economic rationality. **Science**, 362, 83-86 (2018). <<https://doi.org/10.1126/science.aar6987>> Acesso em: 30 de maio de 2023.
- MENEZES-FILHO, N. A.; NUÑEZ, D. F. Estimando os gastos privados com educação no Brasil. **Policy Paper**, v. 3, 2012.
- NERI, M. C. Sintetizando Percepções sobre Desenvolvimento Humano, Rio de Janeiro, RJ – 2014 - **FGV Social**. Disponível em: <<https://www.cps.fgv.br/cps/bd/papers/es82-Sintetizando-Percepcoes-sobre-Desenvolvimento-Humano-Marcelo-Neri.pdf>> Acesso em: 09 de junho de 2023.
- NERI, A. L.; BORIM, F. S. A.; FONTES, A. P.; RABELLO, D. F.; CACHIONI, M.; BATISTONI, S. S. T.; LIMA-COSTA, M. F. Fatores associados à qualidade de vida percebida em adultos mais velhos: ELSI-Brasil. **Revista de saúde pública**, 52. 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rsp/a/XYNj3YQ46ZZT9vp6m3KfM9f/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 22 de maio de 2023.
- OAXACA, R. Male-Female Wage Differentials in Urban Labor Markets. **International Economic Review**, Volume 14, Issue 3, 693–709. Oct. 1973. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2525981>>
- PEREIRA, É. F.; TEIXEIRA, C. S.; SANTOS, A. dos. Qualidade de vida: abordagens, conceitos e avaliação. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, v. 26, n. 2, p. 241–250, abr. 2012. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1807-55092012000200007>> Acesso em: 09 de junho de 2023.

QUADROS, S. Gastos das famílias com educação. **Revista Conjuntura Econômica**, v. 59, n. 11, p. 51-51, 2005.

RUGGERI, K.; GARCIA-GARZON, E.; MAGUIRE, Á. et al. Well-being is more than happiness and life satisfaction: a multidimensional analysis of 21 countries. **Health Qual Life Outcomes** 18, 192 (2020). Disponível em: <<https://doi.org/10.1186/s12955-020-01423-y>>. Acesso em: 08 de junho de 2023.

SCHALOCK, R. L. Quality of life: Perspectives and issues. **American Association on Mental Retardation**, 1719 Kalorama Rd., NW, Washington, DC 20009. 1990. Disponível em: <<https://eric.ed.gov/?id=ED323698>>. Acesso em: 22 de maio de 2023.

SEIDL, E. M. F.; ZANNON, C. M. L. DA C.. Qualidade de vida e saúde: aspectos conceituais e metodológicos. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 20, n. 2, p. 580–588, mar. 2004. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-311X2004000200027>> Acesso em: 09 de junho de 2023.

SILVEIRA, M. A. C. da. Investimento Em Capital Humano Das Famílias Brasileiras: Evidência Microeconômica Para O Ensino Superior. Texto para Discussão 2548 – **IPEA**, março de 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO. Sistema de Bibliotecas e Informação. **Guia para normalização de trabalhos acadêmicos**. Ouro Preto, 2023. Disponível em: <<http://www.sisbin.ufop.br/servicos/normalizacao>> Acesso em: 19 de julho de 2023.

VOUKELATOU, V.; GABRIELLI, L.; MILIOU, I. et al. Measuring objective and subjective well-being: dimensions and data sources. **International Journal of Data Science and Analytics** 11, 279–309 (2021). Disponível em: <<https://doi.org/10.1007/s41060-020-00224-2>> Acesso em: 09 de junho de 2023.

ANEXO I

Tabela 4 – Resultados da decomposição de Oaxaca

Variáveis	IQVP		Alimentação percebida		Moradia percebida		Vestuário percebido		Educação percebida		Saúde percebida		Lazer percebido	
	Coef.	Erro Pad. Robusto	Coef.	Erro Pad. Robusto	Coef.	Erro Pad. Robusto	Coef.	Erro Pad. Robusto	Coef.	Erro Pad. Robusto	Coef.	Erro Pad. Robusto	Coef.	Erro Pad. Robusto
Chefe nível superior	0.911***	0.001	0.973***	0.001	0.963***	0.002	0.965***	0.002	0.948***	0.002	0.842***	0.004	0.774***	0.004
Chefe nível médio	0.860***	0.001	0.957***	0.001	0.936***	0.001	0.929***	0.001	0.895***	0.002	0.746***	0.003	0.697***	0.003
Diferença	0.051***	0.002	0.016***	0.002	0.027***	0.002	0.036***	0.002	0.053***	0.003	0.096***	0.005	0.077***	0.005
Parte explicada	0.024***	0.001	0.007***	0.001	0.017***	0.001	0.017***	0.001	0.017***	0.001	0.045***	0.002	0.042***	0.003
Parte não explicada	0.027***	0.002	0.009***	0.002	0.010***	0.003	0.020***	0.002	0.036***	0.003	0.051***	0.005	0.035***	0.006
Parte explicada														
Nordeste	-0.001***	0.000	0.000	0.000	-0.001***	0.000	-0.001***	0.000	-0.001***	0.000	0.001*	0.000	-0.001***	0.000
Centro-Oeste	0.000***	0.000	0.000	0.000	0.000***	0.000	0.000***	0.000	0.001***	0.000	0.000	0.000	0.001**	0.000
Norte	0.000**	0.000	0.000*	0.000	0.000*	0.000	0.000**	0.000	0.000**	0.000	0.000*	0.000	-0.001***	0.000
Sul	0.000**	0.000	0.000**	0.000	0.000**	0.000	0.000**	0.000	0.000**	0.000	0.001**	0.000	0.001**	0.000
Facilidade financeira	0.015***	0.000	0.007***	0.000	0.007***	0.000	0.010***	0.000	0.011***	0.000	0.023***	0.001	0.033***	0.001
Idade	-0.006**	0.002	-0.005**	0.002	0.012***	0.003	0.002	0.003	-0.001	0.003	-0.014***	0.005	-0.027***	0.005
Idade ao quadrado	0.004*	0.002	0.004*	0.002	-0.012***	0.002	-0.002	0.002	0.002	0.003	0.013***	0.004	0.018***	0.005
Homem	-0.002***	0.000	-0.001***	0.000	-0.002***	0.000	-0.002***	0.000	-0.001	0.000	-0.003***	0.000	-0.007***	0.000
Branco	0.002***	0.000	0.001*	0.000	0.001*	0.000	0.002***	0.000	0.002***	0.000	0.004***	0.000	0.003***	0.000
Renda <i>per capita</i>	0.003**	0.001	0.002***	0.000	-0.001	0.000	0.001	0.000	0.001*	0.000	0.008***	0.002	0.005	0.004
Capital	0.000*	0.000	-0.001***	0.000	-0.001***	0.000	-0.001***	0.000	-0.001***	0.000	0.000	0.000	0.003***	0.000
Domicílio urbano	-0.002***	0.000	-0.001***	0.000	-0.001***	0.000	-0.001**	0.000	-0.002***	0.000	-0.004***	0.000	-0.002***	0.000
Imóvel próprio	0.001***	0.000	0.000***	0.000	0.002***	0.000	0.001***	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.002***	0.000
Quantidade de Moradores	-0.001***	0.000	-0.001**	0.000	-0.001***	0.000	0.000	0.000	-0.001***	0.000	-0.002***	0.000	0.000	0.000
Cômodos <i>per capita</i>	0.004***	0.000	0.000	0.000	0.007***	0.000	0.003***	0.000	0.002	0.001	0.010***	0.001	0.004**	0.001
Água	0.001***	0.000	0.001***	0.000	0.001***	0.000	0.001***	0.000	0.001***	0.000	0.002***	0.000	0.002***	0.000
Coleta de lixo	0.001***	0.000	0.000	0.000	0.001***	0.000	0.001***	0.000	0.002***	0.000	0.003***	0.000	0.001***	0.000
Esgotamento sanitário	0.003***	0.000	0.001***	0.000	0.003***	0.000	0.002***	0.000	0.003***	0.000	0.005***	0.000	0.007***	0.000
Parte não explicada														
Nordeste	-0.003*	0.001	-0.001	0.001	-0.003	0.002	-0.004**	0.002	-0.001	0.002	0.007*	0.003	-0.015***	0.004
Centro-Oeste	-0.004***	0.001	-0.004***	0.001	-0.004**	0.001	-0.005***	0.001	-0.002	0.001	0.001	0.002	-0.008***	0.002
Norte	-0.005***	0.001	-0.001	0.001	-0.002*	0.001	-0.005***	0.001	-0.002	0.001	-0.007***	0.002	-0.011***	0.002

Sul	-0.004***	0.000	-0.002*	0.000	0.000	0.001	-0.006***	0.001	-0.004***	0.001	0.000	0.002	-0.010***	0.002
Facilidade financeira	-0.006***	0.001	-0.003**	0.001	0.000	0.002	-0.008***	0.002	-0.009***	0.002	-0.013***	0.004	0.000	0.004
Idade	-0.030	0.052	-0.112**	0.055	-0.103	0.068	-0.171***	0.064	0.094	0.082	0.156	0.119	-0.044	0.135
Idade ao quadrado	0.023	0.026	0.057**	0.028	0.062*	0.033	0.079**	0.032	-0.039	0.040	-0.072	0.059	0.051	0.067
Homem	0.000	0.002	-0.001	0.002	-0.010***	0.003	0.000	0.003	0.001	0.003	0.009	0.005	0.000	0.006
Branco	0.001	0.002	0.001	0.002	-0.002	0.003	0.002	0.003	-0.003	0.003	0.003	0.005	0.007	0.006
Renda <i>per capita</i>	-0.009***	0.001	-0.005***	0.001	0.000	0.001	-0.005***	0.001	-0.005***	0.001	-0.013***	0.002	-0.024***	0.003
Capital	0.002	0.001	0.001	0.001	0.002	0.002	0.003	0.002	0.001	0.002	0.011***	0.003	-0.004	0.004
Domicílio urbano	0.003	0.008	0.012	0.008	-0.010	0.011	-0.009	0.010	-0.015	0.013	0.025	0.022	0.015	0.024
Imóvel próprio	0.005	0.003	0.009**	0.004	0.001	0.004	0.004	0.004	0.009*	0.005	0.008	0.008	0.001	0.008
Quantidade de Moradores	-0.003	0.007	-0.001	0.009	-0.028***	0.009	-0.002	0.009	-0.008	0.010	0.021	0.016	0.003	0.017
Cômodos <i>per capita</i>	0.004	0.004	0.010*	0.005	-0.027***	0.006	-0.003	0.006	0.005	0.007	0.000	0.010	0.038***	0.012
Água	-0.018***	0.006	-0.038***	0.007	-0.029***	0.009	-0.030***	0.008	-0.002	0.010	-0.002	0.014	-0.007	0.015
Coleta de lixo	0.010	0.007	-0.013	0.008	0.009	0.011	0.000	0.010	0.026**	0.012	0.012	0.017	0.026	0.018
Esgotamento sanitário	-0.010***	0.003	0.002	0.003	-0.006	0.004	-0.013***	0.004	0.002	0.005	-0.014*	0.008	-0.028***	0.008
Constante	0.067**	0.030	0.099***	0.031	0.160***	0.041	0.193***	0.037	-0.013	0.048	-0.080	0.070	0.045	0.077

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da POF 2017-2018; ***Estatisticamente significativo a 1%; **Estatisticamente significativo a 5%; *Estatisticamente significativo a 10%.